



**AÇÃO COLETIVA
COMIDA DE VERDADE:**
*aprendizagem em
tempos de pandemia*

**RESULTADOS DE PESQUISA E
INDICATIVOS DE AÇÃO**

**PROJETO “COVID-19 E SISTEMAS
AGROALIMENTARES NO BRASIL: QUAIS
SAÍDAS PARA UM FUTURO MELHOR?”**

Setembro de 2021



Autoria

Elizabetta Recine
Helena Rodrigues
Inês Rugani
Matheus Zanella
Mireya Valencia
Paulo Petersen
Potira Preiss
Renato S. Maluf



Apoio Técnico

Patricia Ferragioni
Renata Soares
Thais Bassinello

Equipe Regional de Articuladoras e Articuladores

André Biazoti
Fernanda Silva
Giuseppe Bandeira
Isabel Silva
Luisa Melgaço
Rafael Oliveira

Equipe de Comunicação

Patrícia Nardini
Priscila Viana
Sílvia Sousa

Apoio

Instituto Ibirapitanga

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO:

IBIRAPITANGA



APRESENTAÇÃO

No primeiro semestre de 2020, conforme os impactos da Covid-19 se anunciavam no abastecimento de alimentos e nos sistemas agroalimentares, um grupo de organizações e grupos de pesquisa brasileiros decidiram unir esforços **visando compreender como experiências protagonizadas por organizações, redes e movimentos da sociedade civil para o enfrentamento da pandemia poderiam configurar elementos de uma nova realidade agroalimentar.**

Essa colaboração, intitulada Ação Coletiva Comida de Verdade: Aprendizado em Tempos de Pandemia (ACCV), busca **identificar tais experiências, compartilhar reflexões** sobre as transformações sentidas e impulsionadas por estes exemplos, e **ampliar a visibilidade** sobre tais iniciativas.

Para tal, a ACCV realizou diversas ações, principalmente: identificação e coleta de informações sobre tais iniciativas; revisão da emergente literatura sobre o tema; seminários sobre as transformações em cursos decorrentes da pandemia; ações de comunicação e compartilhamento de conhecimentos.

Após introduzir o contexto (1), este relatório documenta as motivações (2), o referencial político e conceitual (3) que balizou tais atividades, bem como os métodos (4) aplicados pela ACCV. Ademais, apresenta e discute dois principais resultados alcançados no âmbito do projeto: uma síntese das principais contribuições extraídas dos seminários (5) e uma descrição do mapeamento das experiências (6).

As **considerações finais (7)** do texto buscam indicar conclusões preliminares, caminhos analíticos a serem aprofundados, bem como implicações para políticas públicas, as quais pretendem-se ser melhor elaboradas em atividades futuras da Ação Coletiva Comida de Verdade.

ÍNDICE

1. CONTEXTO	1
2. MOTIVAÇÃO	4
3. REFERENCIAL POLÍTICO E CONCEITUAL	6
4. MÉTODOS	10
4.1 Coleta de experiências sobre comida de verdade	10
4.2 Revisão da literatura e organização de acervo bibliográfico	12
4.3 Seminários sobre as transformações em curso nas estratégias e políticas de abastecimento alimentar	13
4.4 Comunicação e compartilhamento de conhecimentos	14
5. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DOS SEMINÁRIOS	16
5.1 Ações emergenciais, possibilidades futuras e transformações no abastecimento	16
5.2 Obrigações do Estado e o requisito de políticas públicas	18
5.3 Valorização do papel da aprendizagem, visibilidade das iniciativas e conflitos associados	19
6. RESULTADOS DO MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS	26
6.1 Perfis das Experiências	26
6.2 Surgimento, origem geográfica e abrangência territorial	28
6.3 Organizações promotoras e parceiras	30
6.4 Motivações, desafios e perspectivas	32
6.5 Demanda, origem, características e destino dos alimentos	34
6.6 Relação com Conselhos de controle e participação social e Políticas Públicas	38
6.7 Estratégias para superação dos desafios e perspectivas de continuidade	39
6.8 Limitações na análise de resultados	40
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
Referências	45

1. CONTEXTO

O ano de 2020 certamente será considerado um ponto de inflexão na história contemporânea. A situação global que ainda vivemos frente à Covid-19 colocou desafios inéditos e aprofundou muitos já existentes em praticamente todos os países em razão do seu poder de contágio e repercussões sanitárias, econômicas e sociais. Pela primeira vez, na história moderna, houve um contexto de quarentena de proporções mundiais. Em questão de 100 dias a pandemia se espalhou por 189 países com uma ampla e rápida contaminação que atingiu de forma acelerada milhões de pessoas, causando milhares de mortes e colapso dos sistemas de saúde. O Brasil, em setembro de 2021, somava mais de 580 mil mortes e 20 milhões de pessoas contaminadas [1].

Passado mais de um ano e meio desde o início da pandemia, ainda é impossível prever ou mensurar os impactos no futuro da humanidade, seja em termos da saúde daqueles que sobreviveram, no sistema econômico ou na própria cultura, visto que o isolamento social afeta nossa rotina, nossas relações sociais e de trabalho. Enquanto avança no Brasil e no mundo a vacinação contra este poderoso agente infeccioso, as medidas de distanciamento social, fechamento de fronteiras, bloqueio de vias aéreas, terrestres e marítimas e vigilância passadas ou atuais por parte das autoridades governamentais seguem produzindo um “fato social total” que atinge significativamente a economia com crescimentos negativos na maioria dos países, alterando o conjunto das relações sociais [2].

A súbita emergência colocou no debate público a possibilidade de ocorrer um novo pacto social pela redução das desigualdades, das injustiças e do uso desmedido dos recursos naturais. É consenso que esta emergência superou a questão sanitária e trouxe consigo uma recessão econômica global [3]. Dados sobre desemprego são alarmantes. Por exemplo, as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam um aumento significativo no desemprego e subemprego após a pandemia com a perda de 5,3 a 24,7 milhões de empregos e uma drástica redução na renda para os trabalhadores. As projeções para o Brasil assinalam que o desemprego pode chegar a 17,8% com queda ainda mais intensa para o setor informal [4].

O Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) afirmou que a crise da Covid-19 levaria à instabilidade no abastecimento de alimentos, causando uma interrupção em seu fornecimento e disponibilidade em níveis locais e globais. Entre as mudanças provocadas pela pandemia que afetam o abastecimento alimentar estão a redução nas estratégias de comercialização, que pode levar a perda de colheitas, desvalorização dos produtos, impacto nas condições econômicas de acesso aos



alimentos e, ainda, alteração no padrão alimentar para produtos mais acessíveis e não saudáveis [3].

Esse grupo de especialistas alertou para a necessidade de ações emergenciais capazes de diminuir os efeitos da iminente crise alimentar que se prefigurava em consequência da crise planetária de saúde. Previam-se impactos de curto, médio e longo prazos nos sistemas agroalimentares e na segurança alimentar e nutricional que aprofundariam as condições críticas de produção, acesso, distribuição e consumo de alimentos adequados e saudáveis para um grande contingente da humanidade.

Entre 2016 e 2018, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar era de 821 milhões, situação responsável por quase 45% das mortes em crianças menores de 5 anos. A população mais afetada eram os mais pobres e em situação de vulnerabilidade, sobretudo, os pobres urbanos, moradores de áreas remotas e/ou em conflito e/ou em regiões em crises humanitárias [3]. No relatório de 2021 sobre o estado de segurança alimentar e nutricional no mundo, a FAO indicou que estudos preliminares apontam para um adicional de 83 a 132 milhões de pessoas com desnutrição no mundo no ano de 2020, a depender do cenário econômico [5].

No Brasil, estudos realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e pelo Grupo de Pesquisa Justiça Alimentar em novembro e dezembro de 2020 identificaram situações igualmente críticas. Considerando os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) 2017/18, a insegurança alimentar no Brasil piorou - atingindo mais da metade da população brasileira, sendo que, naquele momento, 19 milhões de pessoas estavam em insegurança alimentar grave, isto é, estavam em situação de fome. Os domicílios que têm como referência mulheres negras e com baixa escolaridade são os de maior vulnerabilidade [6].

O impacto na produção e no acesso aos alimentos se coloca como o ponto crítico que aprofunda a situação de insegurança alimentar que já estava instalada. A gravidade dos surtos, o tempo de sua duração, a ocorrência de variantes e outras incertezas ampliam a instabilidade na disponibilidade de alimentos nos mercados nos curto, médio e longo prazos, seja pela contaminação por Covid-19 dos produtores, seja pelas medidas de contenção que limitam ações de produção, transformação, comércio e transporte de alimentos. De igual forma, há uma queda da demanda mundial de alimentos e serviços relacionados a eles, seja pela fragilização de políticas públicas de apoio à produção e abastecimento, seja pelo isolamento social imposto ou pela perda de renda decorrente da perda de emprego, além da paralisação da economia, que por sua vez, afeta o acesso de alimentos de qualidade [3].



Frente a esse cenário, governos, organismos internacionais e sociedade civil desenvolveram uma série de iniciativas com o intuito de registrar e compreender como a Covid-19 afetava (e afetaria) os sistemas alimentares. Exemplo disso foram as plataformas para registrar, monitorar e analisar a situação, por exemplo: *FAO Agroecology Knowledge Hub* [7]; *Johns Hopkins Center for a Livable Future's* [8]; *The Frontiers Coronavirus Knowledge Hub* [9]; *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina* [10], *Institut National de Recherche pour l'Agriculture, l'Alimentation et l'Environnement – INRAE* [11], entre outras.

Essas iniciativas para a documentação de caráter global e nacional foram motivadas pelas inúmeras ações em resposta à crise que surgiram ou foram ampliadas para favorecer a produção, acesso e distribuição local de alimentos. Diversas reações identificadas, dentre elas, fortalecimento de cadeias curtas de abastecimento, redes de solidariedade, distribuição de cestas básicas, aprimoramento de aplicativos para organizar a demanda e a distribuição, fortalecimento de mercados institucionais, incidência para que o poder público assumira com urgência suas obrigações, elaboração de documentos com orientações de ações, manuais de adaptação, mapeamentos e campanhas para ações solidárias nas mais diversas frentes.

Essas reações à crise indicavam que seria possível construir espaços de solidariedade que se apoiam numa base organizativa já existente, mas muitas vezes pouco visibilizada, e que poderiam vir a se conformar como ações estruturantes de sistemas agroalimentares sustentáveis.



2. MOTIVAÇÃO

Inspiradas nestes exemplos e entusiasmadas com as potencialidades da construção de sistemas agroalimentares diferenciados, as seguintes entidades e grupos de pesquisa decidiram unir esforços visando a contribuir no desenvolvimento e discussão de conteúdo sobre o tema:

- ActionAid Brasil
- Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável;
- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia)
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)
- Centro de Referência em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional/UFRRJ
- Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
- Grupo de Estudos em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD)
- Instituto Ibirapitanga
- Observatório de Desenvolvimento Regional (Observa DR)
- Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional/UnB;
- Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE)
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN)

Essas organizações têm em comum o entendimento de que os sistemas agroalimentares conectam questões complexas, multidimensionais e multiescalares essenciais à vida humana e, portanto, devem ter o âmago de suas articulações centradas na garantia ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) e à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) que resultam em práticas alimentares saudáveis, adequadas e sustentáveis.

Compreendem ainda que o sistema agroalimentar atualmente hegemônico, governado por corporações transnacionais, desempenha papel central no agravamento das desigualdades sociais e do colapso do ambiente natural, requerendo seu imediato redirecionamento. Não obstante, em meio a essa crise germinam sementes de um novo futuro que apontam para caminhos necessários em direção a sistemas agroalimentares diferenciados.

Assim, estas organizações decidiram **convergir esforços para mapear, identificar e compreender como as numerosas e diversificadas experiências que emergem e se fortalecem neste contexto de pandemia podem configurar (ou prefiguram) elementos constitutivos de novos sistemas agroalimentares.**



Estas organizações, articuladas no coletivo informal Ação Coletiva Comida de Verdade, identifica os seguintes objetivos para uma ação de pesquisa participativa:

Objetivos: Ação Coletiva Comida de Verdade

1. **Identificar experiências de abastecimento alimentar em andamento protagonizadas por organizações, redes e movimentos da sociedade civil**, com ou sem interação com políticas governamentais, para o enfrentamento da Pandemia por Covid 19
2. **Compartilhar reflexões sobre as transformações em curso nos sistemas agroalimentares e as respostas institucionais a essas transformações** para fornecer subsídios ao debate público, político e acadêmico, a partir das iniciativas mapeadas
3. **Ampliar a visibilidade das experiências e iniciativas em curso**, visando a mobilizar a sociedade para conhecer suas próprias experiências, assim como fomentar intercâmbios de práticas e aprendizados entre pares, movimentos sociais, organizações da sociedades civil, academia e gestores governamentais.



3. REFERENCIAL POLÍTICO E CONCEITUAL

As referências que orientam esse trabalho têm como eixo central o conceito de "comida de verdade no campo e na cidade" lançado durante a **5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** realizada, em 2015, pelo **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**. O manifesto elaborado coletivamente pelos participantes na Conferência [12] afirma que:

“Comida de verdade, salvaguarda da vida, é saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.

Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade.

Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.” [12]



A referência à “comida de verdade” ganhou rápida e ampla adesão entre as redes e movimentos sociais no Brasil. **A Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia** [14], realizado em 2018, retoma a noção afirmando que *“os sistemas alimentares que queremos são aqueles que produzem comida de verdade no campo e na cidade, que valorizam a agrobiodiversidade, os alimentos in natura e regionais, com o protagonismo das mulheres, o respeito à ancestralidade negra, indígena e às tradições de todos os povos e comunidades tradicionais, além do resgate das identidades, memórias e culturas alimentares próprias da população brasileira. Comida de verdade não mata nem por veneno, nem por conflito”*.

O mesmo documento explicita o papel central desempenhado pelas experiências locais construídas pelas organizações da sociedade civil na reconfiguração dos sistemas agroalimentares visando à democratização da “comida de verdade”. Para os participantes do IV ENA, *“o redesenho dos sistemas agroalimentares se faz a partir do enfoque agroecológico e de circuitos de proximidade de comercialização. Novos coletivos se organizam e por todo o país formam-se redes e experiências coletivas inovadoras de circuitos de troca, distribuição e comercialização. São experiências que resgatam as identidades alimentares regionais e reforçam a noção de comida como patrimônio biocultural e alimentar”*.

Ao afirmar a agroecologia como um enfoque científico crítico que se situa “no campo da defesa dos direitos”, a Carta Política do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia [14] ressalta a orientação da perspectiva agroecológica na defesa do *“direito à comida de verdade, no campo e na cidade, sem distinção de gênero, classe, raça e credo”*. Ao se posicionar também a favor “de uma ciência crítica em diálogo com a cultura e a arte popular”, o XI CBA-Agroecologia afirmou *“a necessidade de que as instituições científico-acadêmicas sejam orientadas pela justiça social, que reconheçam e valorizem as vozes e os saberes dos sujeitos historicamente subalternizados, abrindo horizontes para a criação de uma sociedade estruturada pela justiça cognitiva e epistêmica”*.

A referência à comida de verdade também encontra amparo no plano político-institucional na conceituação de **segurança alimentar e nutricional (SAN) aprovada na II Conferência Nacional de SAN, em 2004, e consagrada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006**, a saber:

“Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”. A mesma LOSAN consagrou também que *“a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer*



o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” [15].

As ações de abastecimento alimentar ocupam lugar central na promoção da comida de verdade, quando orientadas pela perspectiva da soberania e segurança alimentar e nutricional. A concepção aqui adotada é a que consta na proposta lançada pelo CONSEA, em 2005, de uma política nacional de abastecimento alimentar que atenda aos princípios orientadores da SAN, que são o direito humano à alimentação e a soberania alimentar. Nesses termos, o abastecimento alimentar deve ter o objetivo geral de ampliar o acesso dos diversos segmentos da população a alimentos de qualidade e promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade de hábitos alimentares, em simultâneo à valorização das formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de alimentos, com destaque para a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos urbanos. A centralidade do abastecimento é ratificada na LOSAN que estabelece entre as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional “... a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” [15].

Moção aprovada durante a manifestação coletiva da sociedade civil, durante a **5ª Conferência Nacional +2 anos**, em 2016, reafirmou

“... o desafio de instituir uma política soberana de abastecimento alimentar, com democratização dos sistemas de comercialização por meio do apoio a circuitos curtos de produção e consumo, combinados com uma política de agricultura urbana e periurbana além de outras que favoreçam a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis”. Para tanto, seria necessário “... ampliar a oferta e o acesso aos alimentos agroecológicos/orgânicos a preço acessível, em quantidade e em diversidade das espécies cultivadas ou manejadas, nos diferentes espaços de comercialização, com prioridade às feiras municipais agroecológicas de agricultores(as) familiares e tradicionais, integrando uma rede de fornecimento, capilarizando, aumentando a frequência e a acessibilidade nas periferias e bairros; divulgando-os em feiras regionais e eventos gastronômicos (produtos e receitas) que contemplem a cultura alimentar: resgatando as nossas origens, culturas e tradições, estimulando a consciência do(a) consumidor(a) para valorizar e consumir o alimento local/regional, produtos da época (sazonal), in natura, com aproveitamento integral dos alimentos, diversificados, agroecológicos/orgânicos” [16].

De forma complementar, tomam-se como parâmetro de alimentação adequada e saudável os princípios e as diretrizes descritas no **Guia Alimentar para a População Brasileira** [17]: fazer dos alimentos *in natura* ou minimamente processados a base da alimentação, usar parcimoniosamente ingredientes culinários processados e alimentos processados e evitar alimentos ultraprocessados.



No que diz respeito à produção de alimentos, entende-se que a agricultura diversificada de base familiar é a principal protagonista. A agroecologia é adotada como uma abordagem referencial que integra as dimensões sociais, econômicas e ecológicas que devem dar base a um sistema agroalimentar justo e digno à sociedade, visto que fomenta a superação da pobreza, a promoção dos direitos humanos, a saúde coletiva, a equidade de gênero e o equilíbrio ambiental.

Além de expressarem convergências políticas e conceituais construídas a partir de amplos debates públicos relacionados à SAN no Brasil nas duas últimas décadas, os documentos citados evidenciam o alinhamento crítico das organizações vinculadas à **Ação Coletiva Comida de Verdade** com relação aos arranjos dos sistemas agroalimentares hegemônicos, bem como com relação a princípios e métodos para a construção e o fortalecimento de sistemas diferenciados capazes de assegurar comida de verdade para todos e todas.

Três elementos interdependentes presentes nessas elaborações fundamentaram a concepção deste projeto: a) a relevância do **enfoque territorial** para a análise dos sistemas agroalimentares; b) a importância de **mecanismos de governança descentralizados com efetiva participação das organizações sociais** na configuração de redes territorializadas de produção e abastecimento alimentar; c) a **centralidade dos saberes bioculturais e das práticas sociais autogestionárias** na construção de experiências locais voltadas à estruturação de sistemas agroalimentares diferenciados.



4. MÉTODOS

O enfoque metodológico adotado na ACCV visa a apreender ensinamentos das diversas experiências sociais dinamizadas no contexto da crise da Covid-19 a partir de processos de produção de conhecimentos que articulam saberes populares e acadêmicos. Em consonância com a diretriz da articulação de saberes, a iniciativa contou com diferentes estratégias para execução das atividades e garantia de ampla divulgação ao longo da execução.

Dentre estas, incluíram-se: i) coleta de experiências sobre comida de verdade, ii) revisão de literatura e organização de um acervo bibliográfico, iii) seminários sobre as transformações em curso nas estratégias e políticas de abastecimento alimentar, iv) ações de comunicação e compartilhamento de conhecimentos. As seções abaixo descrevem a execução dessas atividades.

4.1 Coleta de experiências sobre comida de verdade

De forma colaborativa, o conjunto de redes, organizações e grupos que compõem este Coletivo elaboraram um formulário com o propósito de coletar os dados das experiências de abastecimento alimentar. O instrumento contou com três blocos temáticos: o primeiro é dedicado à caracterização geral da experiência; o segundo explora questões



relacionadas aos arranjos e fluxos dos alimentos; e o terceiro traz questões ligadas às estratégias de comunicação para dinamização e divulgação dessas experiências. As questões são abertas e fechadas, assim como qualitativas e quantitativas.

Previamente à divulgação do formulário foram realizados testes, tanto técnico-operacionais, quanto de conteúdo. A circulação do instrumento de coleta de dados se deu através do dispositivo *Colheita*, albergado na plataforma *Agroecologia em Rede*, com objetivo de garantir acesso e preenchimento via internet pelas diversas organizações, grupos e coletivos do Brasil.



Para garantir a diversidade das experiências e representatividade regional do país, foram contratados cinco articuladores que atuaram nas cinco macrorregiões, divulgando o mapeamento e auxiliando a coleta e o registro adequado dos dados. A coleta de dados aconteceu através da busca ativa nos territórios, tendo como foco central experiências protagonizadas pela sociedade civil. Para facilitar o trabalho dos articuladores, além da elaboração de uma listagem de experiências de potencial interesse, a partir de contatos repassados pelas organizações que compõem a Ação Coletiva (152 contatos) foi feita uma busca complementar na *web*, em especial em mapeamentos similares realizados por outras organizações tais como Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (513 iniciativas registradas), Movimento Slow Food Brasil e Greenpeace Brasil (139 experiências).

Esse trabalho contou com materiais de apoio, desenvolvidos pela equipe de comunicação do projeto, que visavam incentivar a participação e o preenchimento do formulário. De forma complementar, o mapeamento foi divulgado nas mídias do projeto (site e redes sociais - Instagram, Facebook e Twitter), bem como de organizações parceiras. A coleta dos dados aconteceu entre o dia 31 de julho e 31 de outubro de 2020, totalizando três meses de coleta. **Ao todo, foram contatadas 533 experiências, das quais 310 efetivaram registro na plataforma.**

Após a coleta dos dados, realizou-se um processo de curadoria dos dados visando identificar experiências cadastradas fora do escopo proposto, bem como a correção de registros incompletos. Após uma primeira leitura de todas as fichas cadastradas, 56% indicavam algum tipo de inconsistência ocasionada por problemas técnicos com o *software* utilizado ou desconexão de conteúdo entre a questão e a resposta registrada.

Assim, iniciou-se uma etapa de complementação dos dados para correção de informações ambíguas ou inconsistentes. Essa etapa se estendeu até o dia 15 de janeiro de 2021 e se deu por meio dos seguintes métodos: i) realização de entrevista e novo preenchimento da ficha nos casos mais problemáticos; ii) realização de contato telefônico ou via mensagem com as experiências para conferência de dados pontuais; iii) complementação de dados por meio de páginas eletrônicas e materiais anexados, no caso das experiências em que não foi possível o contato direto.

A complementação de dados foi realizada em 174 experiências e 43 delas foram identificadas como fora do escopo proposto por: i) não estarem ativas durante a pandemia; ii) não serem protagonizadas pela sociedade civil organizada e terem forte cunho empresarial; iii) não se referirem a experiências de abastecimento. **Assim, foram selecionadas 267 experiências para a análise da pesquisa.**



4.2 Revisão da literatura e organização de acervo bibliográfico

Fez parte das atividades desenvolvidas pela ACCV a organização de um acervo bibliográfico de acesso público, visando atender duas finalidades complementares: i) levantar textos relevantes para auxiliar a análise das experiências coletadas; ii) fornecer ao público geral textos basilares sobre temas chave, oferecendo subsídios para compreensão das transformações em curso, bem como as reações institucionais ou protagonizadas pela sociedade civil.



A revisão de literatura foi realizada por meio de um conjunto de 10 palavras-chave em português e em inglês, elencadas pelo Comitê Gestor, sendo a busca realizada por duas pesquisadoras contratadas pela Ação Coletiva. Os materiais tiveram como fonte de dados as bases SciELO e Google acadêmico para materiais científicos e relatórios técnicos e páginas eletrônicas para literatura cinza. Cada material foi catalogado conforme uma ficha bibliográfica padrão em que foram sintetizados os pontos principais abordados em cada documento, além da identificação dos autores, da categoria de publicação, das palavras-chave e meios de publicação.

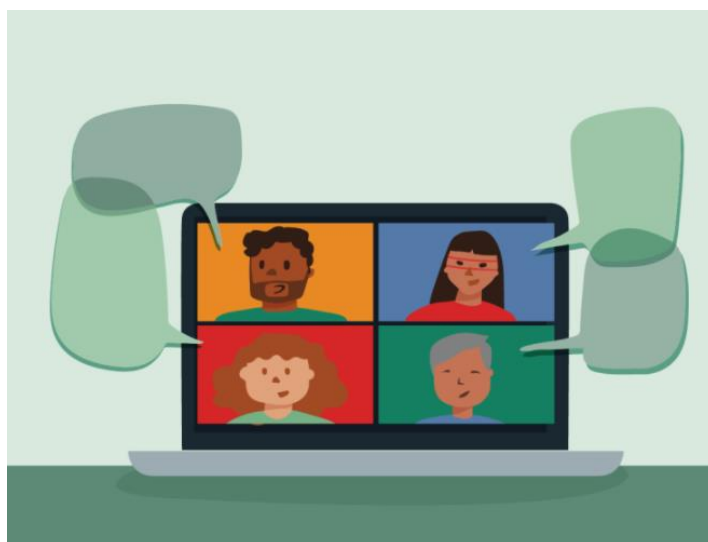
Após quatro meses de trabalho, foram catalogadas 350 publicações.

Para garantir divulgação e acesso público a todas as informações compiladas, foi criada uma [página de biblioteca no site da Ação Coletiva](#). De forma complementar, alguns materiais de destaque foram publicados nas redes sociais, com um pequeno texto indicando a relevância da leitura.



4.3 Seminários sobre as transformações em curso nas estratégias e políticas de abastecimento alimentar

Com o objetivo de troca de conhecimento e fomento aos debates do espaço público, político e acadêmico, foram organizados cinco seminários temáticos. Associados ao ciclo do projeto, os seminários buscaram, ainda, promover diálogos com as diferentes fases executadas, como lançamento da iniciativa, fortalecimento do mapeamento, participação de representantes das experiências mapeadas e apresentação de resultados.



Enquanto desenho desta atividade destaca-se a proposta de articulação de saberes, envolvendo: i) momentos culturais com artistas das regiões brasileiras que, através de música e poesia, incitaram diferentes significados e linguagens ao debate dos sistemas alimentares; ii) participação de professores/as e pesquisadores/as que compartilharam análises sobre comida de verdade, Segurança Alimentar e Nutricional, assim como os desafios e potencialidades associados à transformação dos sistemas alimentares; iii) aprendizados desde os territórios, compartilhados pelos atores sociais e coletivos que cotidianamente vêm garantindo comida de verdade e renda, seja por distribuição de alimentos às populações vulneráveis, acesso a políticas públicas ou organizações *online/delivery* dos mercados locais e iv) representantes de organizações da sociedade civil, coletivos e grupos, que têm se engajado na temática dos sistemas alimentares, da comida de verdade e da Segurança Alimentar e Nutricional, seja através da produção e comercialização de alimentos, da gastronomia ou consumo organizado.

Na **Tabela 1** abaixo podem ser encontrados os links de cada um dos seminários realizados, disponíveis no *Youtube* na página oficial da Ação Coletiva Comida de Verdade.



Tabela 1: Seminário temáticos e links de acesso

1.	Lançamento da Ação Coletiva Comida de Verdade: aprendizagem em tempos de pandemia	31/07/20
2.	Território e sistemas agroalimentares sustentáveis	03/09/20
3.	Sentidos e práticas da comida de verdade: entre a captura e a emancipação	02/10/20
4.	Protagonismo social no abastecimento alimentar: histórias inspiradoras em tempos de pandemia	03/11/20
5.	Comida de Verdade em tempos de crise: construindo sistemas agroalimentares sustentáveis	27/11/20

4.4 Comunicação e compartilhamento de conhecimentos

Como estratégia de ampliação do alcance, tanto no sentido de fortalecer o levantamento de informações para o mapeamento, quanto de divulgação para a sociedade das ações desenvolvidas, dos resultados encontrados e de temas associados aos sistemas alimentares, foram constituídas ações de comunicação que acompanharam todo o ciclo do projeto. Para garantir os objetivos foi contratada uma equipe específica, composta por uma *designer* gráfica, uma assistente de comunicação e gestão de mídias sociais e uma coordenadora responsável pela execução do plano de trabalho.



Como atividade inicial, foi elaborada a identidade visual da Ação Coletiva Comida de Verdade, garantindo, assim, o reconhecimento público da atuação conjunta das organizações envolvidas no projeto. A logomarca e as artes estiveram presentes em todos os materiais de fomento à participação no mapeamento, nos convites dos seminários, no endereço eletrônico e nas redes sociais.



A constituição de página específica para a iniciativa oportunizou a construção de um espaço que reuniu todo o conhecimento mobilizado e produzido ao longo da iniciativa, tais como informações sobre o mapeamento, o acervo bibliográfico, notícias e informações associadas ao tema e as matérias produzidas. Combinando formação e informação, o projeto pautou-se pela produção de matérias que trouxessem, a partir das/os membros da Ação Coletiva, de representantes de movimentos sociais e organizações da sociedade civil, assim como de protagonistas das experiências, combinações analíticas sobre comida de verdade em tempos de pandemia e a transformação dos sistemas alimentares. O uso das mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter) foi pensado como uma proposta de divulgar o projeto e a temática da comida de verdade através de distintas linguagens, sobretudo, a visual, alcançando e engajando públicos de perfis variados. Abaixo os links das mídias sociais e do endereço eletrônico da iniciativa.

Endereço eletrônico: <https://acaocoletivacomidaverdade.org/>

Facebook: <https://www.facebook.com/acaocoletiva.comidaverdade>

Twitter: https://twitter.com/acao_coletiva

Instagram: <https://www.instagram.com/acaocoletiva.comidaverdade/>



5. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DOS SEMINÁRIOS

Registram-se, aqui, as principais contribuições aportadas nos cinco seminários que, como é próprio das sínteses, não dão conta de refletir plenamente a riqueza das apresentações e dos debates propiciada pelas perspectivas de combinar saberes e contemplar perfis diversos de participantes que orientaram a montagem dos seminários. A definição dos temas dos seminários abordados com olhares diversos e mesmo contrastantes se refletiu tanto na composição dos respectivos painéis (encontra-se em anexo), quanto na intenção de fazer aparecer práticas e aprendizados, percepções sobre os sentidos da comida e histórias inspiradoras ancoradas territorialmente.

Optou-se por organizar as referidas contribuições em quatro conjuntos de questões de modo a respeitar as falas, suas complementaridades e contraposições e, ao mesmo tempo, permitir a leitura transversal dos cinco painéis à luz dos objetivos gerais de um projeto voltado à identificação de experiências de “comida de verdade” em tempos de crise.

Os quatro conjuntos de questões são:

- i) ações emergenciais, construção de possibilidades futuras e potencial transformador das iniciativas no campo do abastecimento;
- ii) obrigações do Estado e o requisito de políticas públicas;
- iii) valorização do papel da aprendizagem, visibilidade das iniciativas e conflitos associados;
- iv) construção territorial de novas relações e adoção de práticas emancipatórias.

5.1 Ações emergenciais, possibilidades futuras e transformações no abastecimento

A crise alimentar fortemente acentuada pela crise sanitária da pandemia da COVID-19 colocou a necessidade de respostas imediatas com a adoção de ações emergenciais em face de carências absolutas e da fome. O projeto ACCV colocou-se a questão de em que medida as iniciativas mapeadas no campo do abastecimento



representam a construção de possibilidades futuras que indiquem caminhos para a ampliação do acesso à comida de verdade e tenham permanência.

Mencionam-se algumas observações que guardam relação com esse ponto:

- i) A **sociedade civil** mostrou sua **capacidade de realizar o “abastecimento popular”**, entendido como uma dimensão da realização do DHAA;
- ii) Os **mercados e a comercialização foram apropriados por sujeitos sociais que antes não “dominavam” estes temas e ferramentas**. Esta apropriação leva ao empoderamento e autonomia dos agricultores que dominam a produção e, deste modo, deixam de ficar reféns de outros para acessar mercados;
- iii) É um avanço tratar de “**mercados**”, sua natureza e organização, **superando tanto a visão de que ele se autorregula / auto-organiza quanto a de que se trata de “algo do mal, do capitalismo”**. Propôs-se entender os mercados como *“processo de interação entre quem produz e quem compra, mediado por recursos, por dinheiros, por políticas e outras formas (...) demandando gerar muito conhecimento”*;
- iv) A importante **transformação de hábitos dos consumidores** coloca como grande desafio a mudança de “regras no funcionamento dos mercados agroalimentares”;
- v) A **sustentabilidade dos sistemas agroalimentares** implica considerar a diminuição das desigualdades no acesso aos alimentos, ao lado da produção sustentável e da regulação desses sistemas por meio de dispositivos de governança que vençam ou diminuam as ações dos sistemas hegemônicos;
- vi) A ruptura dos limites entre agronegócio e sistemas agroalimentares alternativos pressupõe a possibilidade de construir **coalizões de atores** que vislumbrem um mundo em que os **valores da sustentabilidade e da inclusão** valham para o conjunto dos produtores, dos consumidores e das empresas envolvidas no setor agroalimentar, e se promova o resgate do patrimônio histórico cultural proposto por sistemas alternativos.

A perspectiva de valorizar e promover iniciativas de abastecimento de âmbito local e territorial não desconhece a necessidade de considerar as questões e debates de âmbito internacional. A articulação dos interesses do agronegócio nacional e global com as transnacionais produtoras de alimentos ultraprocessados resultou na constituição de um bloco político e econômico poderoso para controlar o potencial transformador da agenda de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. No entanto, há que refletir sobre os limites e desafios que a pandemia evidenciou sobre os processos de produção e mercados globais, aspecto que torna central a agenda



da sustentabilidade dos sistemas alimentares. Essa análise contribui também para o enfrentamento dos problemas que a dimensão global acarreta nos territórios.

Os pontos destacados contribuem para um dos objetivos do projeto ACCV que é propor a combinação de ações emergenciais que atendam às urgências do quadro dramático atual de retorno da fome e demais manifestações de insegurança alimentar, com a construção de possibilidades futuras. Neste sentido, debateu-se o potencial transformador das iniciativas mapeadas sobre os sistemas alimentares e os requisitos para sua permanência e evolução, num contexto de intensa disputa pelo controle social do abastecimento alimentar frente aos atores e estruturas hegemônicas de âmbito nacional e internacional e do predomínio da regulação privada no Brasil.

5.2 Obrigações do Estado e o requisito de políticas públicas

Um segundo conjunto de questões transversais diz respeito ao papel do Estado e o requisito de políticas públicas, aspecto central no caso do Brasil que foi tornado ainda mais relevante no contexto da pandemia. Seguem algumas observações a respeito:

- i) A tradição brasileira de **organizar as políticas públicas na forma de sistemas**, como no caso do SISAN, não possui correspondência direta e amplitude de ação abrangendo todas as dimensões dos sistemas alimentares. Acrescenta-se o **enorme desafio de realmente compreender e agir de maneira sistêmica** nos sistemas alimentares em face de uma compreensão e ação fragmentadas;
- ii) A pandemia está revelando o que talvez venha ser um **redesenho do pacto federativo do Brasil** face à inação do Governo Federal e ao desmonte de políticas públicas;
- iii) **Perdeu-se uma experiência** que estava sendo **criada no interior da máquina pública** de vivenciar, com todos os limites, a intersectorialidade e a participação social em políticas públicas;
- iv) O **desmonte de políticas públicas** afeta a sociedade havendo grupos sociais que estão vivendo isto de forma mais grave e intensa. Porém, a vitalidade da sociedade brasileira não a deixa à mercê do desmonte do Estado, como o demonstram as ações diretas de exigência, e as inúmeras iniciativas de comercialização e de apoio à produção;
- v) Não se deve focar apenas nas políticas federais, apesar do volume que têm, já que há **muitas ações públicas que os municípios podem assumir** em termos de estratégias sobre os sistemas alimentares, como a própria rede de



abastecimento, além da proximidade com a agricultura familiar a ser incentivada;

- vi) Identificar e concretizar **oportunidades de ações municipais** como regulação da oferta de alimentos nas escolas, restrição de publicidade de alimentos, em eventos municipais, em parques e outros locais públicos. Também há um campo a ser explorado nas políticas de abastecimento, garantir e capilarizar a comida de verdade a preço justo na periferia e em todos os lugares;
- vii) A articulação de políticas públicas precisa ser aperfeiçoada, como nos casos do PNAE e do PAA, assim como **são necessárias políticas públicas para reconectar, nos territórios, a produção e o consumo de alimentos**. Os alimentos são um conector de várias questões sociopolíticas e do ser humano com a natureza;
- viii) É preciso dar **maior visibilidade sobre como são implementadas as políticas públicas**, sua articulação e resultados a nível local;
- ix) Necessário construir **salvaguardas para prevenir e controlar conflitos de interesses** e as atividades políticas corporativas das grandes corporações transnacionais;
- x) O **Estado deve ter um papel regulador** em um contexto de predominância da narrativa da liberdade econômica em detrimento dos direitos fundamentais, havendo que construir uma argumentação que mostre o quanto a liberdade econômica tem que ser equilibrada, no mínimo, mas também restrita, considerando os impactos negativos para a própria economia.

Por melhor e mais importante que tenham sido as experiências por iniciativa da sociedade civil mapeadas e relatadas no escopo do projeto ACCV, as apresentações dos painelistas e debates posteriores reafirmaram a exigência de que o Estado cumpra o seu papel e suas obrigações em termos de políticas públicas e aporte de recursos, incluindo a conversão das iniciativas não governamentais e respectivos aprendizados em programas públicos. A exigência da ação estatal é tão mais importante quando se considera que a pandemia desvelou mazelas sociais e antigas/conhecidas desigualdades da sociedade brasileira.

5.3 Valorização do papel da aprendizagem, visibilidade das iniciativas e conflitos associados

No delineamento dos seminários, o projeto ACCV buscou dar importância à dimensão da aprendizagem, aspecto nem sempre considerado devidamente. A perspectiva da aprendizagem foi pensada em dois sentidos, a saber, o aprendizado



daqueles envolvidos nas iniciativas analisadas e também o da própria equipe do projeto ACCV. Nessa direção, foram mencionadas:

- i) A importância de reconhecer e divulgar o que acontece nos **territórios que são fontes de aprendizado** e perspectiva de novas práticas;
- ii) A oportunidade criada pela pandemia para que **maiores parcelas da sociedade identifiquem o papel da agricultura familiar** na alimentação do país e os compromissos diferenciados dos movimentos do campo frente ao agronegócio, gerando maior vínculo desses movimentos com as comunidades em situação de maior vulnerabilidade por meio das inúmeras iniciativas que ocorreram;
- iii) As iniciativas de **solidariedade entre iguais** que não se limitam a ampliar o acesso aos alimentos, mas que também geram um diálogo político sobre o que estamos vivendo e suas razões e sobre a pauta dos movimentos;
- iv) A **democracia como pressuposto no enfrentamento das assimetrias de poder entre os atores sociais**, um poder relacional que se constrói também pela utilização do espaço do discurso, recorrendo-se a uma narrativa que “não fale apenas conosco”, mas inclua valores que permitam dialogar com outros grupos, unindo valores que são próximos;
- v) As **mídias sociais** são ao mesmo tempo parte do problema, mas também da solução quando usadas para compartilhar histórias, novos discursos e narrativas, e assim mudar as relações de poder. As novas “mídias sociais”, como um tipo de espaço público, devem ter seu potencial aproveitado para criar pontes entre valores e emoção, chamar a atenção das pessoas sobre as temáticas e fazerem elas saírem das suas próprias bolhas;
- vi) A **dimensão educacional envolvida nas experiências** e respectivos aprendizados deve ganhar uma dimensão que vai além da educação convencional, incorporando a perspectiva de promover uma educação em soberania e segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação adequada e saudável;
- vii) Os **processos de formação continuada** são centrais, assim como a assistência técnica para acelerar a transição agroecológica e o domínio por parte dos agricultores de habilidades de planejamento, controle de custos, formação de preços, entre outras.

Atenção especial foi conferida à questão da disputa de narrativas em torno da noção de comida e como expressão dos conflitos associados à emergência e crescente visibilidade de iniciativas antagônicas no âmbito do abastecimento alimentar. Em particular, destacou-se como essa disputa se manifesta na contraposição entre os campos do agronegócio e da agroecologia, conforme considerações listadas a seguir:



- i) O que se entende por comida de verdade é um resultado da **disputa de narrativas dos atores sociais, econômicos e políticos**, do que se denomina campo de agronegócio e de outro campo denominado campo da agroecologia. São disputas sobre os sistemas agroalimentares, as relações campo-cidade e a inserção do mundo rural, envolvendo os cidadãos principalmente enquanto consumidores. São disputas sobre a própria concepção de sociedade e sobre a nossa sustentabilidade ambiental presente e futura. As disputas de narrativas são discursos políticos que levam à construção e a reconstrução de hegemonia;
- ii) As **narrativas são sempre produtos de uma série de práticas hegemônicas que criam uma determinada ordem**, sempre política, que não é natural, mas essa ordem hegemônica procura se apresentar como um destino que tem que ser aceito pois já não existiriam mais alternativas. No entanto, ela pode ser desafiada e transformada havendo alternativas disponíveis que podem vir a ser criadas até no próprio processo de disputa. É possível mudar as coisas através da disputa de discurso;
- iii) A **disputa de narrativas presente no contexto democrático remete à confrontação entre as diferentes práticas e projetos antagônicos**. As questões políticas sempre envolvem escolhas entre alternativas muitas vezes opostas à sociedade. É o caso da contraposição entre o agronegócio e a agroecologia;
- iv) Os **discursos procuram concretizar as articulações e as ações específicas e de acordo com os seus interesses**. Esse é o caso das iniciativas de ataque ao Guia Alimentar para a População Brasileira vocalizadas pelo Ministério da Agricultura, dando voz aos interesses dos pecuaristas e das transnacionais, iniciativa não desassociada do ataque às medidas de proteção ambiental. Igualmente relevante é o investimento do agronegócio no que ele denomina combate aos “agromitos” onde o seu papel na sociedade e economia nacionais são minimizados, por meio de campanhas como “agro é pop”;
- v) **Sustentabilidade e saúde são dois exemplos perfeitos como componentes centrais do discurso agroecológico**, assim como “comida de verdade e tradicional”, em relação aos quais o discurso do agronegócio busca se apropriar dos significados e os ressemantizar. A propósito, menciona-se a captura dos “significantes flutuantes”, ou seja, um significado de um discurso que passa a ser apropriado e inserido em um discurso que se apropria da virtude desse significado;
- vi) A disputa pela hegemonia tem um **efeito sobre as identidades do mundo de hoje**, por exemplo, de cidadão, de consumidor, identidades estas, que como muitos autores têm apontado, são múltiplas, descentralizadas, fragmentadas. Isto é, em contínuo processo de reconstrução e abertas a diferentes articulações;



- vii) Os discursos políticos em disputa podem ser entendidos como o conjunto de marcos, de interpretações da realidade, que funciona estruturando nosso pensamento, nossa fala, nas ações individuais e coletivas. **Os marcos formam a meta que estabelecemos, eles compõem nossa forma de ver o mundo.** Mudando os marcos, mudamos essa forma de ver o mundo e as disputas de discursos políticos implicam a possibilidade de mudar esses marcos e os contextos de disputa hegemônica. É essa a disputa de narrativas entre agronegócio e agroecologia;
- viii) O futuro é desafiador, mas está em aberto, para a disputa hegemônica. **O campo agroecológico tem que sair da bolha, entender melhor os discursos do campo do agronegócio, identificar suas estratégias narrativas, seu campo discursivo.** Partindo do entendimento de discurso desse outro antagônico, é possível construir estratégias para que a população urbana e rural compreenda o tema e a proposta de um projeto justo e sustentável.
- ix) É necessário **reconstruir e expressar um discurso que crie empatia, emoção, através de valores, que expresse de forma transparente a razão das propostas.** A política não está só na mente das pessoas, é emoção e razão, paixão e razão. Sem o componente da paixão não há como avançar, pois é na emoção que conseguimos energia para produzirmos esperança. Os dados têm uma função, mas eles têm que ser incorporados na história das pessoas, nas vidas e nas emoções.

O reconhecimento da importância da aprendizagem na construção de ações públicas norteadoras para o futuro aplica-se, portanto, de maneira especialmente relevante às iniciativas societárias que de modo geral caracterizam-se por serem processos reflexivos em face de desafios e incertezas, portanto dificilmente enquadráveis em modelos interpretativos e de ação fechados. Vimos que a perspectiva da aprendizagem diz respeito não apenas aos envolvidos nas iniciativas analisadas, mas também à própria equipe do projeto ACCV.

A esse respeito, ressaltam-se as dificuldades de método de como enxergar, valorizar e, portanto, promover iniciativas dispersas que parecem fragmentadas, requerendo critérios para o seu mapeamento e método para contribuir com sua maior visibilidade. Dar visibilidade aos processos em curso contribui para romper conexões com os sistemas hegemônicos, transformando as experiências em força política com capacidade de se contrapor a eles e de disputar narrativas próprias do campo da alimentação ao dar voz e rosto aos que não são ouvidos ou vistos.



5.4 Construção territorial de novas relações e promoção de prática emancipatórias

Abordar a dimensão territorial do abastecimento alimentar é, reconhecidamente, indispensável. Entre os aspectos nela envolvidos, as apresentações dos panelistas e os comentários que se sucederam ressaltaram a relevância dos sistemas locais e as possibilidades oferecidas pela proximidade e construção de novas relações e novos elos, como se constata nas considerações a seguir:

- i) As experiências acumulam **possibilidades de redimensionar e repensar o abastecimento e os sistemas locais**, o que se mostrou viável e o que pode ser ampliado;
- ii) As **experiências locais** também deram espaço para **ampliar a diversidade de alimentos** a que as comunidades tiveram acesso, ampliando o leque de variedades consumidas e resgatando hábitos que já estavam perdidos;
- iii) Olhar para o local e redescobrir a virtude do abastecimento local permite a reorganização ou organização de novos circuitos de abastecimento, oferecendo a **oportunidade de repensar o consumo e a relação de proximidade entre produtores e consumidores**, notadamente aqueles que são mais carentes de uma ação pública local;
- iv) Importância de reverberar e dar cada vez mais peso ao **papel ativo e cidadão que provoca mudanças nas práticas alimentares**, a partir da realidade dos indivíduos, indo além dos pequenos grupos e ganhando escala para enfrentar os limites que impedem o acesso à alimentação saudável;
- v) É preciso **enfrentar a exploração de sentidos e valores contemporâneos** para fortalecer uma narrativa e promover práticas (de consumo), com a supervalorização do consumo de determinados produtos e marcas que colocam as pessoas em determinada posição na sociedade;
- vi) Os vários sentidos do alimento e da alimentação para os diferentes grupos da sociedade reforçam **a importância de se aproximar do processo de produção – da origem do alimento**. Isso pode gerar consciência e postura crítica diante das práticas e escolhas, e sobre as consequências ambientais, econômicas, sociais e culturais das escolhas. Há que ampliar a consciência sistêmica de cada aspecto do sistema alimentar, onde um ponto e uma ação repercutem em todas as demais;
- vii) Os **ambientes alimentares devem facilitar as escolhas alimentares** que afetam o comportamento individual de uma forma muito intensa e garantir que as escolhas saudáveis sejam mais acessíveis. Ambientes alimentares saudáveis requerem medidas de indução em certos pontos do sistema alimentar para



- desfavorecer o consumo de produtos não saudáveis e estimular o consumo da comida de verdade;
- viii) Entre as medidas propostas, se encontram: compras públicas para escolas, hospitais e **qualquer tipo de oferta de alimentos de forma institucional** com regras claras que favoreçam a compra de alimentos saudáveis; **legislação sanitária adequada** que facilite o acesso de pequenos produtores; **rotulagem nutricional frontal**; **formas de tributação** que corrijam as distorções em relação aos produtos não saudáveis; restrição da publicidade; **regulação da oferta de alimentos em espaços institucionais**, principalmente nas escolas, nas cantinas escolares;
- ix) **Quanto mais autonomia** se tiver em relação aos diferentes aspectos da sua alimentação, inclusive a preparação (culinária), **maior a capacidade de praticar uma alimentação saudável**. A culinária tem um papel importante para o reposicionamento dos papéis e responsabilidades quanto ao cuidado, ressaltando a relação entre comida de verdade, culinária e gênero. A valorização da culinária não pode reforçar injustiça e desigualdades;
- x) A capacidade dos **cozinheiros profissionais**, dos chefes de cozinha, professores de gastronomia e merendeiras de fazerem uma ação transformadora, **pode contribuir com a descolonização dos hábitos alimentares**;
- xi) Os **territórios envolvem heterogeneidade e realidades específicas**, destacando-se a magnífica diversidade da cultura alimentar que dá poder a ela, vindo dos povos e das tradições através dos tempos. Os territórios são muito diversos, com muitas culturas e muitas agriculturas;
- xii) Desde uma ótica de desenvolvimento, propôs-se discutir como **aproveitar a base de recursos naturais e nosso patrimônio histórico-cultural** que tem na comida um de seus elementos fundamentais, promovendo sistemas alternativos e coalizões entre segmentos com visões diferentes do mundo;
- xiii) O movimento de base e a articulação política em nome da justiça ambiental e social é que vão criar mudanças. Uma das conexões mais importantes que se tem feito é **a ligação entre os povos do campo e da cidade, das florestas e das águas**. Portanto, é importante entender quais são as forças sociais e políticas que dão essa sustentação;
- xiv) Coloca-se o **desafio de articular a agenda alimentar com os movimentos e a agenda ambiental/climática** que têm muitos pontos de confluência considerando os sistemas alimentares, porém com enorme distanciamento entre as práticas destas duas agendas e pouco conhecimento mútuo;
- xv) As **comunidades, povos originários e tradicionais é quem tem compartilhado e ressocializado o sentimento de urgência** de nos re-conectarmos, de regressar ao território;
- xvi) É preciso **reposicionar as relações rural-urbano** no sentido de gerar maior compromisso, conhecimento e consciência mútua, esta conexão se realizando a partir do alimento saudável e sustentável. O enfoque na



agricultura apoiada pela comunidade (CSA) coloca-se como uma das novas maneiras do campo e da cidade se relacionarem;

- xv) A “verdadeira rede social é a mesa”: **o papel da comensalidade favorecendo as relações sociais**, e oferecendo a oportunidade de aproximar, reciclar, tratar temas importantes, trocar afetos e dissolver desafetos.

O potencial transformador das iniciativas no campo do abastecimento não se limita, portanto, à transformação dos sistemas agroalimentares em si, pois sua intervenção vem sendo construída com base em novas relações territorializadas e movidas por valores como a solidariedade entre iguais. Nesse sentido, tais iniciativas podem ser promotoras de práticas emancipatórias frente às hegemonias no âmbito alimentar valendo-se, entre outras, da referência à soberania alimentar oriunda dos movimentos do campo cuja dimensão local ajuda a repensar as relações de produção e consumo.

A importância da dimensão territorial fica, assim, bastante ressaltada ao se adotar a ótica de territórios de partilha contemplando a construção de laços e elos e a prática de valores, ao mesmo tempo em que se valoriza o abastecimento alimentar em âmbito local ou territorial baseado em circuitos curtos ou de proximidade. Esses canais não têm significado apenas mercantil, sendo parte da luta pelo território em confronto com poderosas forças que controlam as formas de produção e de abastecimento, na perspectiva de re-territorialização dos sistemas alimentares. Trata-se de circuitos que se apoiam justamente na valorização dos laços sociais e econômicos, inseparáveis, entre produtores-consumidores e em alguns casos também a rede do pequeno comércio local, podendo gerar a valorização econômica do território.



6. RESULTADOS DO MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS

Os resultados aqui detalhados se referem a 267 experiências que foram analisadas de forma quantitativa (por meio do software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS) e qualitativa (análise de conteúdo e categorização).

6.1 Perfis das Experiências



Os perfis das experiências foram agrupados em quatro grandes categorias tendo como base a função chave de cada iniciativa, a saber: comercialização (157 experiências); apoio a vulneráveis (83 experiências), políticas públicas (20 experiências) e subsistência (7 experiências).

Para cada categoria, um perfil mais específico foi identificado de acordo com a dinâmica de funcionamento de cada experiência. As experiências de comercialização foram majoritariamente ações de venda direta com entrega domiciliar (76), havendo também feiras (37) e grupos de consumo responsável (35). Foram registradas ainda dinâmicas de comercialização por meio de Pontos de venda (8) e uma experiência de venda direta em propriedade rural.

As iniciativas para apoio a vulneráveis foram majoritariamente vinculadas a alimentos produzidos total (39) ou parcialmente (14) pela agricultura familiar, tendo sido as doações complementadas com compras em mercados no segundo caso. A distribuição de alimentos por meio de refeições prontas foi o caso de seis experiências, sendo que uma delas combinou distribuição de refeições e alimentos. Maior detalhamento da origem e característica dos alimentos será feito em um próximo tópico.



No que diz respeito às políticas públicas, houve 12 registros de ações vinculados ao PNAE e quatro, ao PAA. Também houve registros de políticas públicas de âmbito municipal, sendo duas referentes a programas de alimentação escolar e duas de hortas escolares. Foram registradas também sete experiências de horta, todas compreendidas como cultivos de subsistência. A **Tabela 2** apresenta os dados completos.

Tabela 2: Tipos de abastecimento por agrupamento

Agrupamento e tipo de abastecimento	n	%
Comercialização	157	58,9
Venda direta com entrega domiciliar	76	28,5
Feira	37	13,9
Grupo de consumo responsável	35	13,1
Ponto de venda	8	3,0
Venda na propriedade rural	1	0,4
Apoio a vulneráveis	83	31,0
Distribuição de alimentos AF ^a	39	14,6
Distribuição de alimentos ^b	16	9,3
Distribuição de alimentos mista ^c	14	5,2
Distribuição de refeições	4	1,5
Distribuição de alimentos e refeições	1	0,4
Política pública	20	7,4
Alimentação escolar - PNAE	12	4,5
Programa de Aquisição de Alimentos	4	1,5
Alimentação escolar	2	0,7
Alimentação escolar - horta	2	0,7
Subsistência	7	2,6
Horta para subsistência	7	2,6
Total	267	100,0

^a Alimentos oriundos da Agricultura Familiar.



^b Alimentos oriundos de supermercados (7), hortas (2) ou sem especificação (16).

^c Alimentos oriundos da Agricultura Familiar e de outras origens.

6.2 Surgimento, origem geográfica e abrangência territorial

No que diz respeito à data de surgimento das experiências, 48,7% tiveram seu início até 2019 e as demais 51,3%, durante o ano de 2020. As que iniciaram previamente a 2020 foram classificadas em três grandes grupos apresentando as seguintes porcentagens: 3,4% iniciaram antes do ano de 2000, 6,7%, entre 2001 e 2010 e 38,6%, entre 2011 e 2019. Assim, ainda que o número de experiências ativas antes de 2000 seja o menor numericamente, acredita-se que há uma relevância dessas experiências em termos de pioneirismo como iniciativas territorializadas de comercialização de alimentos da agricultura familiar.

De forma complementar, 37,8% da amostra se referiram a experiências que surgiram em resposta à pandemia. Entre as demais experiências, 31,5% já estavam em funcionamento e tiveram que ajustar seu funcionamento e 30,7% seguiram seu funcionamento apesar da pandemia.

Apenas 37 experiências analisadas registraram uma data de término de realização das suas atividades, sendo estas todas iniciativas que iniciaram e terminaram suas ações em 2020 realizando apoio a vulneráveis, com apenas três exceções: duas feiras que fizeram entrega domiciliar enquanto não podiam ser realizadas presencialmente e uma compra de PAA.

O mapeamento contemplou experiências de todos os estados brasileiros, tendo sido analisadas 36 experiências no Norte, 37 no Nordeste, 41 no Centro-Oeste, 58 no Sudeste e 95 no Sul (**Tabela 3**).

Tabela 3: Distribuição regional das experiências

Região e estado	n	%
Norte	36	13,5
Acre	3	1,1
Amapá	1	0,4
Amazonas	4	1,5
Pará	18	6,7
Rondônia	3	1,1



Roraima	1	0,4
Tocantins	6	2,2
Nordeste	37	13,9
Alagoas	3	1,1
Bahia	5	1,9
Ceará	6	2,2
Maranhão	2	0,7
Paraíba	4	1,5
Pernambuco	9	3,4
Piauí	5	1,9
Rio Grande do Norte	2	0,7
Sergipe	1	0,4
Centro-Oeste	41	15,4
Distrito Federal	11	4,1
Goiás	11	4,1
Mato Grosso	7	2,6
Mato Grosso do Sul	12	4,5
Sudeste	58	21,7
Espírito Santo	3	1,1
Minas Gerais	20	7,5
Rio de Janeiro	20	7,5
São Paulo	15	5,6
Sul	95	35,6
Paraná	19	7,1
Rio Grande do Sul	52	19,5
Santa Catarina	24	9,0
Total	267	100,0



No que diz respeito à abrangência da experiência, 49,1% delas atuavam no âmbito regional, abarcando diferentes municípios, ainda que nem sempre se tratasse de um território contínuo com localidades vizinhas. Em segundo lugar ficaram as experiências municipais, que corresponderam a 45,3% da amostra e 5,6% das iniciativas atuavam em todo estado em que estavam sediadas.

6.3 Organizações promotoras e parceiras

A maioria das experiências, 86,5% da amostra, foram promovidas por organizações e 13,5% foram iniciativas de indivíduos ou famílias. Ao todo, encontramos 11 tipos de organizações promotoras, sendo a maioria referente a entidades da sociedade civil (34,2%), organizações de agricultores (25,1%) e movimentos sociais (12,1%) (**Tabela 4**).

Tabela 4: Categoria da organização realizadora / promotora da iniciativa

Categoria da organização	n	%
Organização da sociedade civil	79	34,2
Organização de agricultores	58	25,1
Movimento social	28	12,1
Instituição de ensino	23	10,0
Empresa	14	6,1
Organização religiosa	11	4,8
Organização de assistência técnica	8	3,5
Governo municipal	4	1,7
Grupo de estudos	4	1,7
Instituto de pesquisa	1	0,4
Governo estadual	1	0,4
Total	231	100,0



No que diz respeito a parcerias para a realização das atividades de abastecimento, 88,6% das experiências mencionaram ter até cinco colaboradores; a experiência com a maior rede citou 14 instituições. As organizações parceiras foram categorizadas em 14 tipos, sendo novamente as organizações da sociedade civil, as organizações de agricultores familiares e os movimentos sociais os mais expressivos (**Tabela 5**). Além das categorias anteriormente mencionadas na realização das atividades, aqui também encontramos parceria com pessoas físicas, grupos de estudos e o governo europeu (**Tabela 6**).

Tabela 5: Quantidade de parceiros		
Número de parceiros	n	%
1	67	30,5
2	45	20,5
3	24	10,9
4	36	16,4
5	23	10,5
6	13	5,9
7 ou mais	12	5,6
Total	220	100,0

Tabela 6: Categoria de parceiros				
Categoria	n	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=215)	% Categorias (n=645)
Org. da sociedade civil	181	67,8	84,2	28,1
Org. de agricultores	114	42,7	53,0	17,7
Movimento social	73	27,3	34,0	11,3
Instituição de ensino	61	22,8	28,4	9,5
Governo municipal	51	19,1	23,7	7,9
Organização religiosa	43	16,1	20,0	6,7



Empresa	38	14,2	17,7	5,9
Org. de assist. técnica	36	13,5	16,7	5,6
Governo estadual	13	4,9	6,0	2,0
Pessoa física	11	4,1	5,1	1,7
Governo federal	10	3,7	4,7	1,6
Instituto de pesquisa	7	2,6	3,3	1,1
Grupo de estudos	6	2,2	2,8	0,9
Governo europeu	1	0,4	0,5	0,2

6.4 Motivações, desafios e perspectivas

Com base na descrição feita pelos responsáveis pelas 267 experiências, foram identificadas suas motivações e desafios, sendo que, para estes últimos, o formulário também contava com uma questão específica. As iniciativas poderiam mencionar mais de uma motivação e mais de um desafio.



Quanto às motivações, 70% das experiências relataram a geração de renda; 38%, contribuir para a prática da alimentação saudável; 31%, apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade; 14%, desenvolver

estratégias para aproximar produtores e consumidores e 9,7%, o escoamento da produção. Merece destaque que somente 6% das experiências indicaram as políticas públicas como motivação para sua criação e apenas uma experiência mencionou "assistir povos tradicionais" e outra, "economia feminista".

Em relação aos desafios, entre as experiências que responderam a esta questão (n=238), o tema da gestão e logística se posicionou no topo da lista (34%), seguido das medidas de proteção contra a Covid 19 (29,8%). Também foram



apontados como desafios a demanda de alimentos (17,2%), a adaptação à nova dinâmica imposta pela pandemia (15,1%), a suspensão (14,7%) ou redução (12,6%) da comercialização, a dificuldade de acesso a recursos financeiros (12%), entre outros.

Retomando os tipos de abastecimento descritos no item 6.1, foi possível analisar que as principais motivações para as 157 experiências de comercialização foram a geração de renda (52%), disponibilização de alimentos saudáveis (30%) e aproximação do produtor ao consumidor (14%). Outras motivações foram citadas com menos frequência, como escoamento da produção, promoção da agroecologia, entre outras.

Das 83 experiências que abasteciam pessoas em situação de vulnerabilidade, 93% delas indicaram a motivação de garantir o acesso dessas pessoas ao alimento, seguida de 40% de experiências que informaram a motivação de oferecer alimentação saudável. Outras motivações citadas foram: escoamento da produção (6,0%), geração de renda (3,6%), assistir povos tradicionais (2,4%), promover SAN (1,2%) e promover agroecologia (1,2%).

No tipo de abastecimento vinculado a políticas públicas, as motivações estão prioritariamente relacionadas com manter a política pública ativa (85%), gerar renda (80%) e oferecer uma alimentação saudável (65%). Apesar de somente sete experiências serem do tipo “abastecimento de subsistência”, vale destacar que a principal motivação de 71% delas era a segurança alimentar e nutricional.

Da mesma forma que com as motivações, foram analisados os desafios por tipos de abastecimento. Destacamos aqui os principais. Tanto para as experiências de comercialização como para as que atendiam populações em situação de vulnerabilidade, a questão da gestão e logística apareceu em maior frequência (35% e 27%, respectivamente), seguida pelo desafio de se proteger da Covid-19 (29% e 25%, respectivamente). Também é importante mencionar que 19% das experiências de comercialização indicaram o desafio de adaptar-se à nova dinâmica imposta pela pandemia, enquanto que 17% das iniciativas que atendiam pessoas em situação de vulnerabilidade, indicaram o de aceder a recursos financeiros.

Para as 20 iniciativas de abastecimento vinculadas a políticas públicas, os maiores desafios citados foram a suspensão da comercialização (25% dessas experiências) e a gestão e logística (20%). Por fim, para 43% das sete iniciativas de subsistência o maior desafio foi a suspensão das atividades.



6.5 Demanda, origem, características e destino dos alimentos

A grande maioria das experiências (70,4%) declarou que a pandemia gerou um aumento na demanda de alimentos, ainda que 14,6% tenham registrado uma redução na demanda. Para 15% das experiências registradas não houve alteração na demanda por alimentos.

A origem dos alimentos distribuídos era fortemente vinculada à agricultura familiar (AF), referida por 86,1% das experiências, sendo seguida pelos povos tradicionais (21,0% das experiências analisadas). Algumas características foram ressaltadas em relação aos fornecedores dos alimentos. Grupos majoritária ou exclusivamente formados por mulheres forneceram alimentos em 15,4% das experiências e 3,4% eram referentes a grupos de jovens. Povos indígenas foram os responsáveis pelo abastecimento de 4,1% das experiências. Os grupos de agricultura urbana contribuíram com 11,2% das experiências e 9,0% eram referentes a grupos produtivos com identidades não detalhadas.

No casos das experiências de doação de alimentos para apoio a vulneráveis, além das categorias já mencionadas, os alimentos também foram disponibilizados por estabelecimentos de comércio varejista e atacadista (7,5%), por doações da sociedade civil (3,4%), banco de alimentos (3,0%), e uma experiência recebeu doações da Fazenda da Universidade Federal de Santa Catarina (0,4%) (**Tabela 7**).

Tabela 7: Origem dos alimentos

Item	n	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=267)	% Categorias (n=441)
Cooperativas e famílias da agricultura familiar	230	86,1	86,1	52,2
Comunidades/famílias e redes de povos tradicionais	56	21,0	21,0	12,7
Grupos prod. compostos exclusivamente ou majoritariamente por mulheres	41	15,4	15,4	9,3
Grupos de agricultura urbana e periurbana	30	11,2	11,2	6,8



Outros grupos produtivos	24	9,0	9,0	5,4
Comércio varejista/atacadista	20	7,5	7,5	4,5
Povos indígenas	11	4,1	4,1	2,5
Maioria ou exclusivamente jovens	9	3,4	3,4	2,0
Doação da sociedade civil	9	3,4	3,4	2,0
Banco de alimentos	8	3,0	3,0	1,8
Fazenda da Universidade Federal de Santa Catarina	1	0,4	0,4	0,2
Não especificado	2	0,7	0,7	0,5

Segundo os respondentes, 96,6% dos alimentos comercializados ou distribuídos se caracterizavam como *in natura* e, desses, a grande maioria era totalmente (65,9%) ou parcialmente (26,4%) de origem orgânica/agroecológica. Apenas 5,8% das experiências declararam que todos os produtos eram convencionais e 1,9% não forneceram detalhes sobre a forma de produção dos alimentos com os quais trabalhou. Do total de experiências, 39,3% comercializavam/ distribuíam os alimentos em sua forma *in natura*, enquanto 41,2% desenvolviam algum nível de processamento artesanal ou caseiro, 17,6% combinavam diferentes tipos de processamento (caseiro, industrial e/ou ultraprocessado) e 1,9% responderam não haver predominância de algum desses tipos de alimento/processamento.

No que diz respeito a beneficiários, a maioria das experiências foi direcionada à sociedade em geral (63,3%), convergindo com as experiências relacionadas à comercialização de alimentos. A comunidade escolar foi o público alvo de 13,5% das experiências estudadas. Na sequência, estão as dinâmicas de abastecimento dedicadas a apoio a vulneráveis e implementação de políticas públicas, em que os beneficiários eram majoritariamente a população urbana das periferias e favelas (30%), os povos e comunidades tradicionais (15,0%) e as pessoas em situação de rua (13,9%) e agricultoras (10,1 %).

Também houve ações direcionadas a atender catadoras (7,5%), imigrantes (5,6%), famílias em vulnerabilidade social (3,7%) e beneficiários de programas sociais (1,5%). Uma pequena parte das experiências trabalhava com públicos vinculados a instituições, sendo 4,9% vinculados a hospitais e asilos e 1,1%, a presídios e outros equipamentos públicos. Algumas experiências se dedicaram a abastecer seus próprios trabalhadores (1,5%). Foram também atendidos trabalhadores informais (1,1%), pessoas da comunidade LGBTQIA+(1,1%), agricultores urbanos (0,7%) e grupos exclusivamente de mulheres (0,4%) (**Tabela 8**).



Tabela 8: Beneficiários das experiências

Item	n ^a	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=266)	% Categorias (n=468)
Sociedade em geral	169	63,3	63,5	36,1
População urbana das periferias e/ou favelas	80	30,0	30,1	17,1
PCT / indígenas	40	15,0	15,0	8,5
Pessoas em situação de rua	37	13,9	13,9	7,9
Adaptação PNAE ^b / escolas / comunidade escolar	36	13,5	13,5	7,7
Agricultoras/es	27	10,1	10,2	5,8
Catadoras/es	20	7,5	7,5	4,3
Imigrantes	15	5,6	5,6	3,2
Hospitais / asilos	13	4,9	4,9	2,8
Famílias em vulnerabilidade social	10	3,7	3,8	2,1
Beneficiários de programas sociais	4	1,5	1,5	0,9
Trabalhadores vinculados à experiência	4	1,5	1,5	0,9
Presídios, abrigos, outros equipamentos públicos	3	1,1	1,1	0,6
População LGBTQIA+	3	1,1	1,1	0,6
Trabalhadores informais/autônomos	3	1,1	1,1	0,6
Agricultores urbanos	2	0,7	0,8	0,4
Grupos de mulheres	1	0,4	0,4	0,2
Restaurante e hotéis	1	0,4	0,4	0,2

^a Possível marcar mais de uma resposta.

^b Estudantes de escolas e creches.



Analisando de forma mais pormenorizada os beneficiários vinculados aos Povos e Comunidades Tradicionais, a maioria se referia a comunidades indígenas (10,1%), seguida por Quilombolas (7,55%), pescadores artesanais (2,2%) e povos de matriz africana (1,5%). Em porcentagens menores (inferiores a 1%) também foram mencionados ribeirinhos, geraizeiros, povos ciganos, quebradeiras de coco babaçu, benzedeiros, extrativistas, raizeiros, vazanteiros e verezeiros (**Tabela 9**).

Tabela 9: Beneficiários - detalhamento Povos e Comunidades Tradicionais

Item	n ^a	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=266)	% sobre PCT/ indígenas (n=41)	% sobre total de respostas PCT/ indígenas (n=468)
Povos indígenas	27	10,1	10,2	65,9	32,5
Comunidades quilombolas	20	7,5	7,5	48,8	24,1
Pescadores artesanais	6	2,2	2,3	14,6	7,2
Povos e com. terreiro ou de matriz africana	4	1,5	1,5	9,8	4,8
Ribeirinhos	3	1,1	1,1	7,3	3,6
Geraizeiros	2	0,7	0,8	4,9	2,4
Povos ciganos	2	0,7	0,8	4,9	2,4
Quebradeiras de coco babaçu	2	0,7	0,8	4,9	2,4
Benzedeiros	1	0,4	0,4	2,4	1,2
Extrativistas	1	0,4	0,4	2,4	1,2
Raizeiros	1	0,4	0,4	2,4	1,2
Vazanteiros	1	0,4	0,4	2,4	1,2
Verezeiros	1	0,4	0,4	2,4	1,2
Outros PCT	12	4,5	4,5	29,3	14,5

^a Possível marcar mais de uma resposta.



6.6 Relação com Conselhos de controle e participação social e Políticas Públicas

Das experiências analisadas, 37,8% mantinham interação com conselhos diretamente vinculados à pauta da segurança alimentar e nutricional. Entre estes, havia interlocução com CONSEAs (18%), CAEs (6,4%) e Comitês Emergenciais de Combate à fome (9,7%). Os demais (3,7%) eram Conselhos Municipais com foco em distintas temáticas: Assistência Social, Produção Orgânica, Agricultura, Meio Ambiente, Comitê Municipal de Combate à Fome, Saúde, Economia Solidária e Direitos da Mulher e Desenvolvimento Rural Sustentável (**Tabela 10**).

Tabela 10: Relação com Conselhos				
Item	n	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=267)	% Categorias (n=290)
Não há interação	189	70,8	26,5	65,2
CONSEA	48	18,0	6,7	16,6
CAE	17	6,4	2,4	5,9
Comitê Emergencial	26	9,7	3,6	9,0
Conselho Municipal ^a	10	3,7	1,4	3,4

^a Assistência Social, Produção Orgânica, Agricultura, Meio Ambiente, Comitê Municipal de Combate à Fome (n=2), Saúde, Economia Solidária e Direitos da Mulher e Desenvolvimento Rural Sustentável.

No que diz respeito à interação com políticas públicas, 66 experiências declararam ter relação com alguma ou mais políticas públicas. Entre as políticas mencionadas, a maioria foi de âmbito federal (80%), seguida por ações municipais (15%) e estaduais (5%).

No que diz respeito à temática de relação da experiência com as políticas públicas, os destaques vão para a alimentação escolar (9,7% das experiências), o Programa de Aquisição de Alimentos (5,2%) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (5,2%). Também foram citadas ações conectadas a beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF (3,4%), políticas de alimentação e nutrição (3,4%), ações de incentivo à produção (2,2%) e assistência técnica via extensão universitária (1,9%). As ações voltadas para a construção de infraestrutura e serviços básicos (1,5%) e acesso a mercados e desenvolvimento econômico (1,1%)



foram citadas ainda que em menor proporção. As ações de apoio à Agroecologia foram as menos incidentes (0,7%) (**Tabela 11**).

Tabela 11: Relação com Políticas Públicas				
Item	n	% Experiências (n=267)	% Experiências com informação (n=267)	% Categorias (n=99)
Alimentação escolar (PNAE + municipal)	26	9,7	9,7	26,3
PAA	14	5,2	5,2	14,1
PRONAF	14	5,2	5,2	14,1
PBF	9	3,4	3,4	9,1
Alimentação e Nutrição (PNAN, SAN, educação)	9	3,4	3,4	9,1
Assistência Técnica e extensão universitária	5	1,9	1,9	5,1
Acesso a mercados e des. econômico	3	1,1	1,1	3,0
Assistência social	7	2,6	2,6	7,1
Financiamento e incentivo à produção	6	2,2	2,2	6,1
Infraestrutura e serviços básicos	4	1,5	1,5	4,0
Agroecologia	2	0,7	0,7	2,0

6.7 Estratégias para superação dos desafios e perspectivas de continuidade

Das experiências que informaram sobre suas estratégias para superação dos desafios encontrados (n=171), 32% estabeleceram parcerias, 23% lançaram mão de tecnologias digitais, 21% foram em busca de novos mercados, porcentagem que se repete para as experiências que qualificaram suas ações de comunicação. A essas estratégias somam-se o reforço nas medidas de proteção sanitária de seus colaboradores (31%) e a qualificação dos processos de trabalho (20,5%).



Apesar de todos os desafios, 66% das experiências que informaram sobre suas perspectivas (n=221) indicaram a continuidade de suas ações; um quarto delas anunciou que pretendia ampliar o público atendido; praticamente 20%, que retomariam suas atividades originais, a qualificação do trabalho estava no horizonte de 11% delas e 10% iriam em busca de novas parcerias. Destaca-se que 7% informaram que encerrariam as atividades.

Dar continuidade à experiência é a perspectiva que se destaca para três dos quatro tipos de abastecimento identificados neste estudo. Planejavam estratégias nesse sentido 60%, 50% e 71% das experiências de comercialização, políticas públicas e subsistência, respectivamente. Especificamente, para as experiências que apoiavam pessoas em situação de vulnerabilidade, sua perspectiva era a ampliação do público atendido (44%), assim como iniciar novas ações (15%).



6.8 Limitações na análise de resultados

Apesar de constarem em questionário de coleta de dados, a análise de algumas variáveis não são apresentadas como resultados neste relatório em virtude da abrangência restrita e/ou restrições para inferência de resultados.

Dentre estas, estão incluídos o número total de beneficiários das experiências catalogadas e a quantidade total de alimentos distribuídos. Tais dados foram aferidos por diferentes métricas e as respostas indicadas na coleta não permitiram a agregação dos dados. Após reflexão das instituições envolvidas e diferentes tentativas de caminho para análise, os autores optaram por concluir ser esta uma restrição do estudo, sem prejuízo para as análises apresentadas.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números das experiências não podem ser lidos no âmbito de “raridade de casos” ou da sua “exotização”, mas sim pela sua capacidade de contar novas histórias diante de um cenário de ruínas demonstrando, de um lado, as falhas, como tem sido a atuação do Estado e, de outro, os caminhos possíveis e urgentes para fortalecer e viabilizar a produção, comercialização e acesso à comida de verdade.

Em virtude da multidimensionalidade do estudo, diversas conclusões, ainda que preliminares, podem ser extraídas dos dados apresentados neste relatório. Os temas abaixo representam uma aproximação inicial das inquietudes e reflexões emergidas nos debates internos da ACCV, no intuito de sugerir caminhos analíticos a serem aprofundados, bem como implicações para o desenho e implementação de políticas públicas.

Parte de tais conclusões advém dos debates gerados nos seminários, enquanto outras têm origem na análise dos dados do mapeamento realizada até o momento. Tais reflexões estão organizadas em quatro temas: (1) Premissas, (2) Desafios, (3) Experiências e (4) Política - Estado - Sociedade.

1) PREMISSAS: muito além de uma crise sanitária e o sentido de propostas alternativas

- O contexto da pandemia configura-a como uma crise muito além da sanitária, com o aprofundamento de crises e seus desdobramentos políticos, econômicos e ecológicos. A complexidade dos impactos sistêmicos ocasionados pela pandemia demanda outras formas de pensar a sociedade como um todo e nos termos deste projeto, o alimento, a alimentação, a comida de verdade. Temos a urgência e o desafio de superar as análises e práticas “viciadas” do Estado e suas consecutivas tentativas de fragmentação/setorialização, e, também, contribuir para revisitar e ampliar as análises e práticas do campo popular.
- Comida de verdade é uma referência que ajuda pensar os alimentos nesse momento que clama por inspiração e criatividade. A vitalidade da comida de verdade é fruto da polissemia na qual ela está inscrita. Variável e em consonância com as práticas dos atores, a comida de verdade é traduzida a partir dos diferentes fazeres das experiências. Reside aí um ponto central: a imprescindibilidade dos alimentos enquanto essenciais para a vida e,



portanto, direito de todas as pessoas, e sua potência em construir múltiplos significados - pelos quais vale a pena lutar.

2) DESAFIOS: velhos e novos velhos temas

- Fome: paradoxalmente e de forma preocupante, o Brasil novamente apresenta dados alarmantes de fome - um real retrocesso que contrasta com os anúncios de sucessivos recordes na produção agroalimentar do país. O que evidencia, mais uma vez, que os plantios que originam os recordes de safras não são destinados a nos alimentar. A dimensão do acesso e da qualidade dos alimentos nunca foi tão relevante na Segurança Alimentar e Nutricional. Um fato aparentemente paradoxal, porém não surpreendente, haja vista a gradual erosão das políticas públicas e a nítida aposta nos sistemas alimentares corporativos e nos mercados convencionais como modelo padrão de abastecimento alimentar.
- Logística: era de se esperar que a pandemia colocasse desafios no processo do abastecimento, sobretudo, devido à necessidade de adequações às medidas de segurança sanitária, novas formas de comercialização como os mercados digitais e o maior uso de ferramentas *online*.
- Comercialização: aliado aos desafios de logística, observa-se a suspensão ou redução das atividades de comercialização. Majoritariamente, a suspensão ocorreu devido ao fechamento dos espaços de comercialização orientados por decretos governamentais de reação a COVID-19. Nesse caso, vale problematizar que a alimentação é um serviço essencial que não pode ser interrompido. Apesar de muitos decretos inviabilizarem a realização de feiras e estabelecimentos de pequeno porte, não houve a orientação de fechamento de supermercados priorizando estes como espaço de abastecimento da população em detrimento dos canais de comercialização da agricultura familiar o que indica um tratamento diferencial do Estado. Entre as experiências que se mantiveram ativas, é necessário destacar o protagonismo de agricultores e consumidores na criação de medidas de adaptação a logística de comercialização com segurança e prevenção ao contágio, de forma a garantir o escoamento da produção, a manutenção da renda dos agricultores e o abastecimento de alimentos in natura à população. Novamente, o Estado parece ter tido um papel mais de fiscalizador do que fomentador ou apoiador da manutenção de dinâmicas tão relevantes. Ainda, seria importante considerar que no caso da comercialização, haviam diferentes formas de abastecimento que foram,



igualmente, afetadas de distintas maneiras, a redução da comercialização ocorreu principalmente em feiras e pontos fixos de comercialização. Os grupos de consumo responsável praticamente não sofreram alteração, tendo apenas maior cuidado com práticas de higienização e, em alguns casos, alteração dos pontos de entrega. Já os sistemas de entrega domiciliar tiveram um aumento expressivo, seja no surgimento de novas iniciativas ou ainda no aumento da demanda pelos serviços na maioria das experiências. Ainda que este elemento seja positivo em termos de renda, há de se considerar que o ingresso nos mercados digitais também traz uma série de desafios específicos, em especial considerando o contexto de desigualdade de acesso a TICs e estruturas de base que temos no campo brasileiro.

3) EXPERIÊNCIAS: elementos de uma nova realidade alimentar

- Muitas das experiências identificadas ao mesmo tempo que ensinam sobre o aspecto relacional da crise disparada pelo coronavírus, buscam garantir alimento a “quem precisa”. Trata-se de uma conexão direta com setores mais vulnerabilizados cujo significado não se limita a compensar a ausência do Estado como provedor de proteção social, pois evidencia o próprio protagonismo das experiências. Essa espécie de pragmatismo abre uma nova forma de se comunicar com a sociedade, é como se um patamar distinto fosse dado às pautas dos movimentos sociais, da sociedade civil e às políticas públicas. Seria isso um caminho para “furar a bolha?”
- Reterritorialização dos sistemas agroalimentares. Apesar dos graves efeitos gerados pela pandemia, em termos sanitários, econômicos, sociais e ambientais, os grupos organizados da sociedade civil, movimentos sociais e em menor medida, entes públicos, buscaram alternativas para o abastecimento alimentar criando novos circuitos alimentares ou reorganizando os já existentes. A emergência dessas alternativas traz de novo ao debate a noção de território, seus ativos econômicos, sociais e naturais que favorecem, na dimensão alimentar, as relações entre quem produz e quem consome. Um ponto crucial é a visibilidade que ganham essas novas ou reconfiguradas formas de produção, acesso e distribuição de comida de verdade. Deixam de ser experiências isoladas e dispersas para se converter em evidências de sistemas agroalimentares territorializados, isto é, estruturados por relações sociais, culturais e econômicas que imprimem neles características diferenciadoras conforme a própria



heterogeneidade das diversas formações territoriais brasileiras. Frente a quadro atual de insegurança alimentar no Brasil, agravado profundamente pela pandemia, se reforça a necessidade de garantir o acesso a comida de verdade por meio do fortalecimento de circuitos curtos de produção e consumo com a principal participação da agricultura diversificada de base familiar, como também o fortalecimento de práticas emancipatórias baseadas na solidariedade entre iguais que garantam o acesso a uma alimentação saudável.

4) POLÍTICA - ESTADO - SOCIEDADE: caminhos que constroem uma tríade democrática

- Frente a uma sociedade civil ativa e mobilizada por solidariedade e resistência, mas ainda limitada em recursos e alcance, há caminhos a serem percorridos que demandam engajamento efetivo dos poderes públicos.
- Diante da falência do governo central em buscar qualquer inovação institucional ou mesmo a retomada de políticas de abastecimento já reconhecidas e abandonadas, observou-se um notável ativismo das unidades federativas estaduais e municipais suprimindo essa lacuna. A mobilização de Estados e municípios é bem-vinda e poderia representar elementos de um novo pacto federativo? Ou se trata de uma resposta emergencial e desconexa frente à inação do Governo Federal?
- Quais as chances de reconstrução de políticas públicas em um contexto institucional ainda muito desfavorável? É o desafio da fome e da urgência um mobilizador social para a reativação de programas de abastecimento que levou o Brasil a ser considerado um exemplo para o mundo?



Referências

- [1] Ministério da Saúde (2021). Painel Coronavírus Brasil. <https://covid.saude.gov.br>
- [2] Ignacio Ramonet (2020). Un Hecho de Efectos Totales. <https://www.pagina12.com.ar/262989-coronavirusla-pandemia-y-el-sistema-mundo>
- [3] High-level Panel of Experts on Food Security and Nutrition – HLPE (2020). Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition. http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1920/Chair/HLPE_English.pdf
- [4] Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia – FGV/IBRE (2020). Boletim Macro, Abril 2020. <https://portalibre.fgv.br/boletim-macro>
- [5] FAO (2021). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. <http://www.fao.org/publications/sofi/2021/en/>
- [6] Rede PENSSAN (2021). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>
- [7] Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO (2020). Agroecology Knowledge Hub – COVID-19 and Agroecology reading list. <https://www.fao.org/agroecology/slideshow/newsarticle/en/c/1268856/>
- [7] John Hopkins Center for a Livable Future (2020). CLF and the Food Systems Response to Covid-19. <https://clf.jhsph.edu/projects/clf-and-food-systems-response-covid-19>
- [9] Frontiers Coronavirus Knowledge Hub (2020). <https://coronavirus.frontiersin.org/>
- [10] Publons searchable index for COVID-19 publications. https://publons.com/publon/covid-19/?sort_by=date
- [11] Institut National de Recherche pour l’Agriculture, l’Alimentation et l’Environnement – INRAE. Covid-19: la santé globale en jeu. <https://www.inrae.fr/covid-19>
- [12] Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2015). <https://tinyurl.com/y9nafu72>
- [13] Carta Política do IV Encontro Nacional de Agroecologia (2019). https://agroecologia.org.br/wpcontent/uploads/2019/03/carta_politica_web.pdf
- [14] Carta Política do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (2019). https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/11/XI-CBA-Agroecologia_Carta-Sergipana.pdf
- [15] Lei N° 11.346, de 15 de setembro de 2016. <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>
- [16] Encontro Nacional 5ª Conferência + 2 (2018). Relatório Final. <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/conferencias-2/5mais2/Web.pdf>
- [17] Ministério da Saúde (2014). Guia Alimentar para a População Brasileira. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

